

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA,
REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS.

ISA DE CASSIA SILVA

DIFICULDADES VIVIDAS PELOS CONSELHOS MUNICIPAIS PARA
SUA SUSTENTABILIDADE: um estudo baseado no município de Nilópolis
(RJ).

BELO HORIZONTE

2012

ISA DE CASSIA SILVA

**DIFICULDADES VIVIDAS PELOS CONSELHOS MUNICIPAIS PARA
SUA SUSTENTABILIDADE: um estudo baseado no município de Nilópolis
(RJ).**

Monografia Apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Especialista no curso de Especialização Democracia Participação, República e Movimentos Sociais. Área de Concentração: Participação Política e Conselhos Municipais.

Orientadora: Aurea Mota

BELO HORIZONTE

2012

ISA DE CASSIA SILVA

**DIFICULDADES VIVIDAS PELOS CONSELHOS MUNICIPAIS PARA
SUA SUSTENTABILIDADE: um estudo baseado no município de Nilópolis
(RJ).**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Especialista no curso de Especialização Democracia Participação, República e Movimentos Sociais. Área de Concentração: Participação Política e Conselhos Municipais.

Pampulha, em 18 de Outubro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Aurea Mota
Orientadora (UFMG)

Prof.^a Renata Bergo (UFMG)

Prof. Ricardo Fabrino

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a algumas pessoas muito importantes na minha vida: A prof.^a Diva Oliveira da Silva, ao aeronauta Waldir Fernandes da Silva e a ruralista e a costureira Izabel Barboza de Oliveira, meus pais e avó materna (in memore e ao meu irmão (futuro Turismólogo) Ilton Carlos F. da Silva porto seguro, alento e força a cada minuto do dia meu difícil vivido.

AGRADECIMENTOS

A vida quase sempre é construída de encontros, desencontros e reencontros. A minha, na maioria me proporcionou mais encontros e reencontros do que desencontros. Alguns deles foram marcados por: sacrifícios, dificuldades, desilusões, decepções, disputas, mas sempre com vitórias. Alguns outros, com sabores de perdas, contudo não deixaram de ter e ser encontros. Um encontro maior foi comigo mesmo, quando fui buscar meu sonho educacional e profissional que se iniciou em uma das Universidades Federais, a UFRJ.

Agora retorno a mais uma das Universidades Federais, UFMG. Tudo se iniciou quando, através do CIDQTUR Baixada Fluminense, criado e formado para discutir às políticas públicas do Turismo, incentivando, desenvolvendo e qualificando o setor nesta Região, que me ofereceu a chance de retornar e participar dos conselhos políticos municipais de minha cidade. Atualmente, tenho chance de vivenciar participação em outros conselhos fora do município, mas na Região e tive a oportunidade de iniciar um projeto dessa envergadura – Projeto Formação de Conselheiros Nacionais - Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais – com professores, mestres, doutores, tutores, colegas e em uma das Instituições mais importante do país, com um órgão presidencial e com uma Mulher em seu comando num momento preciosíssimo para Brasil e a consolidação da democracia num dos Estados onde aconteceram fatos históricos e políticos tão significativos e híbridos para nós, brasileiros e, principalmente, cariocas por sermos vizinhos e me proporcionar conhecimentos importantes. Sinto-me bastante agradecida pelo fato de ter podido vivenciar esse momento, porém, mais consciente que problemas sérios existentes que poderiam ser solucionados e por falta de atitude ou vontade política milhares de pessoas, principalmente, onde vivo não conseguem ainda diferenciar o bom do belo.

Agradeço a todos que contribuíram e puderam fazer parte de mais esta etapa educacional, social, cultural e política que participo. Agradecimentos especiais aos magistrados, ao Governo que teve a sensibilidade consciente ou não da importância de inserir este curso na vida de nós, Conselheiros, que tentam de um modo ou de outro trazer algo melhor para vida dos cidadãos nos distantes municípios dos diferentes Estados desse imenso e rico país. Esses que, em sua grande maioria, não tiveram oportunidade de conseguir e criar padrões de vida melhores.

Durante um ano pudemos nos comunicar, nos encontrarmos e tive a oportunidade de passar informações essenciais para atores importantes, como os funcionários públicos e os

conselheiros municipais de Nilópolis, que a mim estimulou, contribuiu e enriqueceu para que pudesse trilhar até ao final do trabalho.

Espero que a partir deste trabalho apresentado, que teve como objetivo maior deste é de refletir e formular dados e que venha aumentar, contribuir e melhorar a visão de estruturar esses espaços participativos que são os conselhos de política, estes, fundamentais para o desenvolvimento das políticas públicas em nosso país nas três instâncias governamentais, porém, atenção prioritária para as municipais que são as bases das discussões e crescimento na atualidade para um Brasil sustentável e democrático.

EPÍGRAFE

Somente o indivíduo capaz de instalar dentro da sociedade em que vive, como um próprio, é que poderá considerar-se parte dessa mesma parte, dessa mesma sociedade, e, portanto, reivindicar seus direitos para que ela seja, realmente democrática.

Maria Thereza Fraga Rocco.

RESUMO

Atualmente, pensamos na questão da sustentabilidade dos conselhos municipais. Nesse contexto, uma necessidade de se repensar esses espaços em seu contexto social, cultural, político, econômico e educacional, para além da discussão sobre cidadania e democracia, aparecem em cena.

Os conselhos, nessa perspectiva, não podem ser vistos como cumprindo atividades somente políticas. Nesta monografia, defende-se essa ideia da sustentabilidade que deve ser sustentada pela participação da atividade da sociedade civil nesses espaços.

Fez-se uma pesquisa de campo e documental nas quais se tenta averiguar como esses temas têm sido debatidos nos conselhos municipais de Nilópolis, município este do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras Chaves: Atualidade, Conselho, Espaços, Participação, Nilópolis, sustentabilidade Repensar.

ABSTRACT

Actually we think on the issue of sustainability of the municipal councils. In this context, a needing to rethink these spaces in its social, cultural, political, economic and educational, in addition to the discussion on citizenship and democracy, appear in scene.

The advice, from this perspective, cannot be seen only as a place of politics activities. In this monograph, argues that the idea of sustainability that is sustained by the participation of civil society activity in these spaces.

We did a field research and documentary in which we try to find out how these topics have been discussed in councils of Nilópolis, municipality in the State of Rio de Janeiro.

Keywords: News, Advice, Spaces, Nilopolis, Participation, sustainability Rethink.

LISTA DE ABREVIATURA

CIDQTUR	Centro de Incentivo Desenvolvimento e Qualidade Turística.
CALE	Conselho Municipal de Alimentação Escolar.
CMARTTN	Conselho Municipal de Artesanato de Nilópolis.
CMASN	Conselho Municipal de Assistência Social de Nilópolis.
CMCIDADEN	Conselho Municipal da Cidade de Nilópolis.
CMINTER Religioso	Conselho Municipal Inter Religioso de Nilópolis
CMDCDN	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nilópolis.
CMDEFIN	Conselho Municipal dos Deficientes Físicos de Nilópolis.
CMJUVENTUDEN	Conselho Municipal da Juventude de Nilópolis.
CMMAN	Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nilópolis.
CMPDMN	Conselho Municipal de Políticas dos Direitos da Mulher de Nilópolis.
COMPDIN	Conselho Municipal da Política do Direito do Idoso de Nilópolis.
CNPC	Conselho Nacional de Política de Cultura.
CMSN	Conselho Municipal de Saúde de Nilópolis.
GT	Grupo de Trabalho.
ONGs	Organizações Não-Governamentais.
DEM	Partido Democrático.
PDT	Partido Democrático Trabalhista.
PNC	Programa Nacional de Cultura.
PHS	Partido Humanista da Solidariedade.
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional.
PP	Partido Progressista.
PPS	Partido Popular Socialista.
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro.
PSDC	Partido Social Democrático Cristão.
PSB	Partido Social Brasileiro.
PSC	Partido Social Cristão.
PSD	Partido Social Democrático.
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade.

PR	Partido Republicano.
PRB	Partido Republicano Brasileiro.
PRP	Partido Republicano Progressista.
PRTB	Partido Republicano Trabalhista Brasileiro.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
PT	Partido Trabalhista.
PTC	Partido Trabalhista Cristão.
PTN	Partido Trabalhista Nacional.
PV	Partido Verde.
SUS	Sistema Único de Saúde.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - A Participação Inexpressiva dos Partidos Políticos nos Conselhos Políticos em Nilópolis, p. 31.

TABELA 2 - Percentuais dos Conselhos Políticos Deliberativos com Atividades Atuantes e Não - Atuantes no Município de Nilópolis, p. 32.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Proporção dos Membros que Formam os Segmentos do CMSN, P.28.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	10
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE FIGURAS	13
1. INTRODUÇÃO:	15
2. O QUE SÃO OS CONSELHOS	19
2.1 O MUNICÍPIO ESCOLHIDO PARA A PESQUISA	21
2.2 A FORMAÇÃO DOS CONSELHOS NA CIDADE DE NILÓPOLIS	25
3. A REPRESENTAÇÃO NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE NILÓPOLIS	27
4. CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXOS: Questionário 1	38
Questionário 2	40
Ata do Conselho Municipal de Saúde de Nilópolis	41
Ata de Apresentação de Monografia do Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais	42

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo toma como inspiração as metodologias utilizadas em pesquisa qualitativa de entrevistas, questionários, pesquisa documental – regimentos internos, leis de criação, e demais documentos, que informem sobre a estrutura de funcionamento dos atuais conselhos políticos como espaços de participação e deliberação, aliada a uma leitura da literatura sobre os assuntos abordados no decorrer do curso de Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, acrescida de outras abordagens de outros autores e outras Universidades.

Apresenta-se, a seguir, uma análise que teve como principal objetivo de expor a necessidade, a urgência e a amplitude do que é preciso realizar nos conselhos municipais e que pretende identificar as dificuldades vividas pelos conselheiros em diferentes conselhos municipais de Nilópolis, um dos municípios da Baixada Fluminense (RJ), considerada como região do Estado ainda com diversos problemas de infraestrutura. Pretende-se através da pesquisa identificar quais seriam os principais problemas que poderiam estar impedindo a participação da sociedade nesses espaços, atualmente, que poderão estar contribuindo e abalando suas permanências.

Busca-se também neste trabalho mostrar, com dados coletados nesse município da Baixada Fluminense, localizado a 50 minutos da capital do Estado, nos Conselhos de Política já constituídos – como o de Saúde, o de Educação, o de Assistência Social, o Tutelar e dos Direitos da Criança e do Adolescente – as diversas e comuns dificuldades que impedem que esses espaços atinjam seu funcionamento mais próximo do ideal e que deveria ser sempre guiado pelo exercício democrático-deliberativo.

A pesquisa pretende, além, oferecer como resultado final, baseado nos dados coletados, uma proposta de alteração dos mecanismos que poderão contribuir e modificar as formas de atuações já existentes. Que engloba dimensões da estrutura e organização desses espaços para que o funcionamento dos conselhos, já, consolidados possam ser melhorados, estruturados e equipados e que possibilitam deixar o caminho aberto para os outros conselhos que estão se formando e para os que ainda podem vir a ser formados.

Pretende-se entender quais seriam às condições estruturais mínimas imprescindíveis, que podem ser constados como recursos humanos, materiais, físicos, tecnológicos e financeiros para que os conselheiros possam executar o seu papel de deliberar sobre as políticas públicas e levar a cabo os ideais democráticos participativos.

Desde o processo de redemocratização, a participação política brasileira, vem crescendo dia-a-dia, principalmente, nas capitais, contudo nos interiores dos Estados, precisa-se trabalhar mais nesse processo. Lembrando que a Promulgação da Constituição de 1988, preceito geral fundamental que define a organização, regulando a organização e o funcionamento do governo, além dos direitos e deveres dos cidadãos e a Constituição, para ser legítima, deverá reunir e defender os interesses da coletividade acima de interesses particulares de grupos e ou de pessoas que gozam de posição privilegiada.

A Constituição brasileira de 1988 foi aprovada por representantes do povo, reunidos na Assembleia Nacional Constituinte, e pode se considerar superior a todas as demais, anteriormente, proclamada no país, pois, ampliou o escopo democrático e a sua legitimidade, desde o princípio, está em sua promulgação que foi via aprovação pelos representantes do povo, eleitos para atender aos interesses populares ou refletir a vontade e bem estar de uma maioria dos cidadãos.

Com a promulgação desse Documento, tornou-se possível formar e regulamentar, institucionalmente, alguns espaços participativos, dentre eles, os conselhos políticos municipais, estaduais e nacionais. Os conselhos municipais, esses que serão instrumentos desta pesquisa. É interessante prestar atenção nas palavras proferidas pela ex ministra da cultura, Ana B. de Hollanda, como forma de contribuição a este trabalho no momento da abertura de mais uma Conferência Estadual no Rio de Janeiro e da convocação para seleção de Conselheiros para o Conselho Nacional de Cultura em dezembro de 2011.

Como se pode ler logo abaixo, a ministra ressalta a participação social nas políticas públicas de Cultura, a importância da Constituição de 1988 e do conselho, atualmente.

A Constituição de 1988 é o marco legal que introduz no Estado Brasileiro a possibilidade e canais institucionais de participação política direta da sociedade nas decisões de políticas públicas. Ao colocar em prática o princípio da democracia participativa, o governo federal, desde 2003, adotou como método o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, que passaram a participar e a influenciar na construção das políticas do país. O conselho tem sido um importante espaço para debate e a construção conjunta – Estado e a Sociedade de políticas públicas na área de cultura, tendo influência decisiva na concepção do Sistema Nacional de Cultura, na elaboração do Plano Nacional de Cultura, na reformulação da Política de Financiamento da Cultura – Procultura e na definição de diretrizes para o uso dos recursos do Fundo Nacional de Cultura. Em 2011, a atuação do CNPC foi fundamental na discussão da interface entre o Plano Nacional de Educação e o de Cultura e na definição das metas decenais o PNC.

É sabido, como se pode ler, refletir e concluir na oportuna declaração acima, sobre os avanços adquiridos nos conselhos, dentre eles o de cultura e a sua importância como espaços ou canais institucionais de participação direta da sociedade nas decisões e construções de políticas públicas.

As literaturas indicadas dos ilustres autores no curso de Especialização da UFMG e das muitas Conferências realizadas em todos os segmentos das atividades das políticas públicas brasileiras nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal), demonstram que, ainda, tem-se que avançar mais e criar melhores condições de trabalho dentro desses conselhos políticos municipais que sem dúvida são as bases das discussões atuais e, provavelmente, futuras e que possa garantir o cumprimento do papel imprescindível e fundamental exercido pelos conselheiros municipais. Isso é de grande importância para a concretização, formação e sobrevivência dos espaços participativos brasileiros.

Nossa pesquisa justifica-se, entre outros motivos, pois conhecer as características que diferenciam um conselho bem estruturado de outro desestruturado e reconhecer essas características é o passo decisivo para entender a importância do trabalho que este pode efetuar. Na pesquisa feita neste município, viu-se que, para serem e terem condições ideais, não devem ser colocados ou criados, somente, como um espaço a mais para a reunião de pessoas – fato que pode ser observado em muitas reuniões e nas diversas plenárias nas quais a maioria dos conselheiros demonstra não estar cientes da dinâmica desses espaços em que estão inseridos, seu papel e qual a sua finalidade.

Vê-se como caminho necessário, sentido a cada dia que se passa e a cada vez mais, que os conselhos políticos municipais já constituídos e atuantes e os que poderão e deverão surgir, deverão buscar agregar mais qualidade nos trabalhos que desenvolvem no setor de que estão ligados para serem mais efetivos.

Por meio desta pesquisa, pretende-se que, também, seja possível compreender como os diferentes aspectos do sistema de operações dos conselhos políticos municipais estão realizando na prática. Seriam os seguintes aspectos investigados:

Metodologia adequada para que todos que participam como conselheiros consigam acompanhar o objetivo do mesmo, investir, junto às entidades para que possam ter condições de preparar seus representantes com condições técnicas para acompanhar as discussões em plenário.

Sabe-se que a maioria das entidades em especial as de âmbito municipais não recebem nenhum tipo de auxílio ou apoio, e não têm condições financeiras, muitas vivem de

doações e trabalhos voluntários, quanto mais arcar com despesas extras de conselheiros como passagens, alimentação dentre outras e o outro aspecto fundamental é exigir do gestor público que escolham representantes governamentais habilitados, qualificados e capazes de discutir às políticas públicas e governamentais do setor dos quais estarão representando.

2. - O QUE É CONSELHO?

Como diz o filósofo e educador Piletti (1995), tudo na vida tem uma história: a roupa que vestimos; os alimentos que comemos; nossa maneira de trabalhar; a música, que ouvimos, os veículos nos quais andamos e etc.

Muitas das coisas que nossos antepassados usavam e faziam já não existem mais; outras se modificaram, algumas, permanecem como eram, mas que precisam ser transformados e ou repaginados para acompanhar a atualidade. As cidades, os povos, os países, as pessoas e a metodologia também sofrem modificações com o tempo. Todos os fatos – do presente ao do passado e do futuro – estão ligados. O que aconteceu no passado influencia o que acontece agora e isto vai influenciar o futuro.

Assim como qualquer fato histórico, que permanecem e se transformam ao longo de seu tempo como defini muito bem Piletti, se pode dizer que a palavra Conselho tem e teve vários significados que apareceram há séculos atrás e que vieram ganhando formatação diferente até assumir um significado contemporâneo no Brasil.

O termo Conselho de origem do latim, da palavra *concilium*, que significa opinião, plano e da palavra *consultare*, que atribui outro significado como: perguntar, refletir e considerar maduramente.

Politicamente, o conceito de conselho tomou um significado maior como opinião que se dá a alguém, visando que esse atue ou aja de determinada maneira. Para exemplo desse conceito, cita-se Homero não só como dado histórico sobre termo, mas também como dado de transformação do conceito, que disse: “*Darei o conselho que a mim próprio daria*”. Ou seja, dessa ideia básica de se emitir uma opinião valiosa, atualmente, vimos funcionar um órgão que aconselha uma sociedade, um município ou um Estado em determinados assuntos ou problemas políticos fundamentais.

Na pesquisa realizada nos conselhos políticos municipais na cidade de Nilópolis, foi proposto aos conselheiros, porém, conselheiros não governamentais que se demonstraram mais solícitos e que são mais atuantes e participativos nos trabalhos nesses últimos anos e que contribuiriam com este trabalho, que, formulassem conceitos sobre o termo conselhos. Assim, para eles, conselhos podem ser definidos da seguinte forma:

Espaço, onde se podem intermediar os interesses da sociedade junto aos poderes constituídos, visando deliberar as ações de interesse das comunidades de forma real.

Espaço de participação popular que serve para deliberar, fiscalizar, elaborar, avaliar as ações do governo, estimulando a participação da comunidade no controle da administração de sistema do qual este esteja ligado.

Instância máxima de participação e de deliberação.

Representação objetivando o melhor para a coletividade. Órgão formado democraticamente, com função de identificar problemas e direcionar melhor as soluções para a sociedade.

Os conceitos citados, acima, serviram para constatar que os poucos conselheiros que ao longo da pesquisa se propuseram a colaborar com o trabalho e demonstraram ter conhecimento exato do papel que exercem nas instâncias deliberativas.

Não se poderia deixar de mencionar o significado de quem contribuiu muito para o desenvolvimento dos trabalhos dos conselhos de um modo geral e em particular os municipais, colaboradores incansáveis que definiram tão bem, com prestezas e consciência o seu significado nas discussões e construções das políticas públicas nilopolitanas.

São essas pessoas que precisam ter atenção constante, talvez até especial, principalmente, muitos dentre esses; são pessoas idosas; outros; com necessidades especiais, de instituições comprometidas com o exercício da educação e da cidadania continuas nesses locais para que esses espaços se solidifiquem cada vez mais e sobrevivam no futuro.

São essas pessoas que doam e emprestam horas de seus afazeres e de seu tempo, dos jovens aos idosos; homens e ou mulheres para construir políticas públicas que desenvolvam melhor seu município.

São essas pessoas que precisariam estar melhores assistidas e preparadas para poder aconselhar, guiar uma junta consultiva e ou deliberativa, que se conceituam como conselheiros.

No Brasil, após a posse do governo democrático, diversos conselhos políticos foram, legalmente, criados e instituídos. Os mais conhecidos e já instituídos há mais de 20 anos nos três níveis governamentais, são: os conselhos de saúde, de educação, de assistência social, de proteção dos direitos da criança e do adolescente e o tutelar.

Hoje, outros conselhos políticos estão sendo formados, ganhando projeção pelo trabalho e participação da sociedade civil, porém ainda inexpressiva nas reuniões e acompanhar o desenvolvimento de suas políticas públicas que são importantes como: o de Meio Ambiente, Segurança Pública, Trabalho e Renda, Idosos, das Políticas das Mulheres, Necessidades Especiais, Cultura e Turismo.

O Turismo é um dos setores essenciais para o desenvolvimento econômico do país, seu Ministério foi criado em 2003 e, conseqüentemente, os conselhos nacionais e os estaduais e nos municípios, os profissionais formados nas Faculdades e Universidades do país, são ainda bastantes excluídos de exercer suas tarefas, todos os outros, profissionais brasileiros como: advogados, arquitetos, professor de Educação Física, historiadores e etc., se passam por Turismólogos, dão pareceres, diagnósticos, assinam projetos, recebem salários, agregam em seus currículos experiências obtidas com os cargos e outros, se esquecendo dos artigos onde tem-se a falsidade ideológica, exercício irregular da profissão.

Nos municípios da Baixada Fluminense, por desconhecimento dos gestores, pois os mesmos não sabem do trabalho e responsabilidade de cursar um ensino superior, as ausências dos Bacharéis em Turismo - os Turismólogos da Região em cargos públicos municipais, exercendo sua profissão são fatos, por isso, muitos educando não se interessam mais em se dedicar aos estudos e mais tarde as suas profissões, retiram deles o sonho de alcançarem cargos bons, adquirirem bons salários e elevados e de seguir carreira. Em 2003, foi criado o Ministério e, conseqüentemente, o Conselho Nacional e os Estaduais e nos municípios não existem conselhos e muito menos secretárias estruturadas.

Segundo a literatura especializada, de um ponto de vista mais geral, podemos definir os conselhos como sendo:

órgãos híbridos, uma nova forma institucional que envolve a partilha de espaços de deliberação entre as representações estatais e as entidades da sociedade civil. Esse é o caso dos conselhos de política que instituem as parcerias entre o Estado e a sociedade civil como forma de gestão no âmbito das políticas públicas, sobretudo, nas áreas de habitação, de preservação de patrimônio, de meio-ambiente, das políticas sociais e da capacitação de mão-de-obra, mas também na polícia e na justiça. (AVTIZER; PEREIRA, 2005, p. 04)

Seguindo essa definição, e, principalmente ressaltando o aspecto da descentralização que veio acompanhada da criação desses espaços, a função dos Conselhos no nível que estudamos é, basicamente, participar da formulação e acompanhar a execução da política municipal como estar aprovando e avaliando as aplicações dos recursos dos Fundos Municipais.

2.1 - O MUNICÍPIO ESCOLHIDO PARA A PESQUISA

Nilópolis, como os demais 12 municípios é uma das cidades da Baixada Fluminense que formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Antes de ser Distrito de Nova Iguaçu, era parte como as demais cidades da Região de uma área rural, uma imensa fazenda onde havia plantio de laranjas, bananas e já fora exportadora para Europa e após, ganhando emancipação há 65 anos. Atualmente, numa área de 11 km² habitados, com o distrito de Olinda, abriga-se quase 160 mil habitantes e mais 9 Km² que pertence ao Parque Natural de Gericinó que antes estava sobre a responsabilidade do exército.

O município de Nilópolis fora escolhido por uma questão também prática de conveniência e de compartilhar dos avanços, mas também das dificuldades que impedem de possuir melhores condições. Em termos de maiores e melhores resultados colhidos, se poderia ter feito em todos os demais municípios, porém obstáculos como tempo e condições financeiras, teve-se que optar por um e escolhido um dos outros 12 (onze) municípios que formam a Baixada Fluminense para servir de base para se levantar através da pesquisa de campo as dificuldades vividas nos conselhos municipais. Pois, todos eles dividem um mesmo espaço político e social da região. Todos compartilham dos mesmos problemas que impedem, hoje, uma participação ativa da sociedade. Ademais, todos os demais municípios, assim como Nilópolis, passam por sérios problemas financeiros e sociais.

Nilópolis é uma das menores cidades do país, é uma cidade atípica e assim como Duque de Caxias e São João de Meriti, conta com uma vantagem geográfica de fazer limite e ficara 50 minutos da cidade da capital do estado, Rio de Janeiro (RJ). O município é cortado pela linha férrea, Via Light, e está localizada, próximo a Via Dutra que a liga a outros Estados.

Isso tudo, porém, também traz desvantagens para os municípios, em particular para Nilópolis. Como, por exemplo, a maioria dos profissionais com níveis educacionais mais elevados como técnicos e universitários, se formando e são quase sempre obrigados a migrar para outros locais em busca, principalmente, de empresas cariocas, na Zona Sul, Zona Oeste e Centro da cidade do Rio de Janeiro que oferecem a eles melhores colocações e que os remunerem com bons e melhores salários, inclusive, são esses profissionais que acabam se distanciando de seu município, o de origem dessas pessoas, e são eles que terminam se distanciando do convívio dos que permanecem na cidade e do processo social, cultural, administrativo e político do mesmo, contudo, são estes que adquirem poder aquisitivo, e

sozinhos contribuem com os atributos fiscais da cidade. Muitas dessas pessoas, pelo próprio desligamento e distanciamento, não possuem informações sobre os espaços participativos, não os conhecem e conseqüentemente, não se interessam em participar dessa parte tão importante para o desenvolvimento dos setores da sociedade, principalmente, os da nilopolitana.

Um dado importante que mudou a vida das cidades, foram, após as conquistas dos campeonatos das Escolas de Samba, principalmente, a desse município dos quais houve uma procura muito grande de imigrantes de toda parte do país à Região da Baixada Fluminense, a maioria vindo do norte e do nordeste do país devidas às difíceis condições humanas causadas pelas péssimas administrações governamentais dos Estados de origens, vieram e continuam vindo em busca de condições de vida melhor e de trabalho.

Muitos chegam sem saber das dificuldades que o lugar e os seus moradores passam. A cidade já chegou cobrar um dos mais caros impostos prediais do mundo, a maioria, vivem dos empregos públicos municipais e do precário comércio e das prestações de serviço e chegam também sem a menor estrutura.

Muitos dos novos moradores chegaram e continuam chegando sem nunca terem frequentado uma escola, sem casa para morar, sem uma profissão definida e sem dinheiro. Sem condições, acabam improvisando e improvisando para o pior. Construíram tanto casas como comércios em áreas inadequados, sem registros ou arranjam lugares insalubres para trabalhar como os bares ou servem de ambulantes e camelôs.

Aliado às dificuldades financeiras dos moradores em consequência da falta de investimentos públicos e privados e de uma gestão político-administrativa mais extensiva e menos paternalista para com aqueles que chegam de fora, a cidade cresceu e ainda se encontra apesar dos planos diretores participativos, ainda desordenada e insustentável de se viver. Patrimônio particular e público são depredados, aleatoriamente, e outros; acaba, terminam afetando a história da cidade. Valores éticos e morais são invertidos. Serviços públicos e particulares são de má qualidade e sem fiscalização de qualquer tipo de órgão.

Devido a um número grande de imigrantes que sem condições querem o poder a qualquer custo pelos diversos “benefícios” que os cargos trazem e aliado a ausência na cidade de cidadãos nilopolitanos mais politizados, com interesse políticos e de uma maioria com nível de escolaridade mais elevada em consequência da saída de diversos profissionais como os citados acima; aliados, a fraca e inexpressiva participação partidária dos partidos que abrem seus diretórios, às vésperas das eleições municipais, dirigidos por pessoas sem ou quase sem

competência escolhem e inserem os seus candidatos sem condições nenhuma e sem critério algum. Nessas condições o município não consegue se desenvolver, adequadamente e não consegue se tornar autônomo.

O país, hoje, se encontra num momento próspero e privilegiado, está entre as 10 (dez) maiores economias do mundo, mas devido a globalização e as modernas tecnologias e a falta de conhecimento nas áreas que militam, que dificultam também, uma formação mais expressiva por falta de mão de obra especializada dos funcionários nos setores públicos municipais e privados que afetam também aos conselhos onde poderão ser vistas e verificadas na análise dos itens dos questionários preenchidos pelos conselheiros municipais para a pesquisa.

2.2 – FORMAÇÃO DOS CONSELHOS NA CIDADE DE NILÓPOLIS

Os primeiros Conselhos deliberativos criados em Nilópolis foram os de Educação, de Alimentação Escolar, de Saúde, de Assistência Social, do de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente e, também, o de Tutelar. Esse último que tem formação diferente dos demais, seus conselheiros, além de passarem por avaliação que exigem conhecimento para ocupar a vaga, são eleitos através do voto popular. Por exigências, às leis federais, os governos estaduais e municipais foram, tendo que se adequar para poderem prestar conta de suas administrações, do dinheiro público além de ter seus projetos aprovados em Conselhos em consequência, outros foram surgindo e necessários contribuir com suas formações.

Na última gestão pública municipal, que se encerra no final do próximo ano na cidade, foram criadas, além das secretarias já existentes como a de Educação, de Saúde, de Obra e Urbanismo, de Fazenda, de Governo, de Administração, Cultura, de Esporte e Lazer e de Transporte; outras; como: a de Desenvolvimento Social, (antigo Assistência Social), de Defesa Civil de Cidadania e suas superintendências; de Habitação, de Meio Ambiente, de Serviço Público, de Controle Interno, de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico, de Segurança Pública, de Turismo, de Emprego, Trabalho e Renda e de Administração Regional, todas imprescindíveis com os seus serviços, todavia, precisam ser melhores estruturadas com secretários habilitados nos seus segmentos profissionais, pois para que haja cobrança da população em estar com as suas obrigações em dia, é necessário que haja, principalmente, exemplo do lado do cobrador.

Com a criação das novas secretarias, outros; conselhos deliberativos foram surgindo tais como: o da Cidade, do Artesanato, dos Direitos da Pessoa Idosa, Deficiência Física, Juventude, Inter - Religioso, Política dos Direitos da Mulher e do Meio Ambiente, exceto o de Segurança Pública que é consultivo. São todos importantes para acompanhar os trabalhos das secretarias que recebem verbas, podem desenvolver projetos, mas, infelizmente, a população em geral não toma conhecimento do seu papel diretivo que deveriam assumir dentro dessas esferas.

A falta de recursos para o funcionamento desses conselhos é visível. Fora o conselho de saúde, que consegue mantê-lo com entidade com representantes com conhecimento na área da saúde, se reúne no auditório da Secretaria Municipal de Saúde, e de Segurança Pública, que se reúnem na Câmara Municipal de Vereadores, todos os demais estão realizando suas reuniões

Num espaço denominado Casa dos Conselhos, espaço permanente com uma superintendência criado na gestão de 2009 a 2012 para as reuniões dos conselhos.

Há uma grande dificuldade para se garantir o funcionamento e sustentabilidade desses conselhos, sustentabilidade que, aqui, dentro desse contexto, deverá ser entendida como um conceito sistêmico relacionado com a continuidade dos aspectos tanto econômicos, ambientais, culturais e, principalmente, o social da sociedade. Primeiramente, pelas precárias condições que se encontram as entidades não governamentais (ONGs) e sem fins lucrativos e as que realmente têm interesses de participar da formação dos conselhos e as com fins lucrativos, poucas delas se interessam em participar até porque muitas não estão, devidamente, constituídas, juridicamente, e quando não, as mesmas são representadas por um número expressivo de pessoas que possuem dificuldades nas dinâmicas das competências discutidas nesses espaços que envolvem além dos dados políticos, mas também, os técnicos e não têm condições de acompanhar as discussões sobre as políticas públicas apresentadas nesses conselhos já constituídos.

Além das deficiências apontadas acima, a falta de outros recursos, como de materiais e financeiros de diversas ordens e de comunicação contribuem para que haja dificuldades em acontecer às reuniões e dar continuidade aos trabalhos em pauta nas mesmas. Aspecto que poderá ser conhecido e observado na análise que se fará a seguir baseada nos questionários aplicados junto aos conselheiros municipais neste município.

2. A REPRESENTAÇÃO NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE NILÓPOLIS

Os conselhos Municipais de Nilópolis são, em quase a sua totalidade, de formato deliberativo e paritário. Herança da formação do Conselho de Saúde que segue de modelo, dado a sua disseminação pelo país, estando presentes também em toda a Baixada Fluminense para os demais Conselhos dos quais se tomam como exemplos para demonstrar como estão formados e como funcionam dentre os citados acima o de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente.

Os conselhos, citados como instâncias máximas de deliberações no município têm mandatos, normalmente, de três anos, intercalando ora governamental, ora presidido pela sociedade civil podendo ser o mandato das entidades eleitas, reconduzido por mais um período.

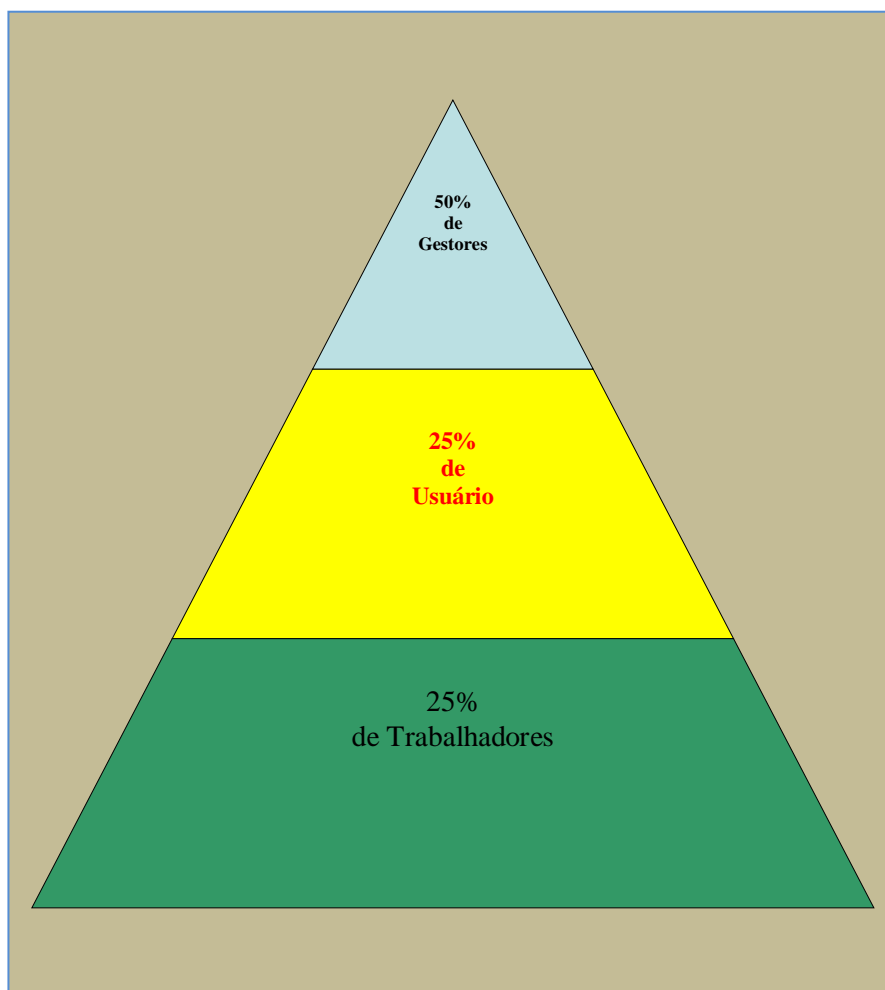
No caso do Conselho de Saúde é formado por representação de Governo, prestadores de serviços privados e conveniados, ou sem fins lucrativos, representações de entidades dos trabalhadores de saúde e representações de usuários do SUS, sendo uma titular e uma suplente. Também eleita em plenário e nomeada em Ato do Chefe Executivo e publicado em Diário Oficial do Município e no caso de vacância, o plenário elegerá seus pares para exercer a função, até completar o mandato, obedecendo ao Fórum Representativo, após recadastramento e certificações das entidades em conformidade com o Regimento Interno a Diretoria Executiva que terá oito membros da gestão, como de gestor, de trabalhador e de usuário.

Será definido em plenário: Presidente, Vice-presidente, Secretário e Secretário Adjunto, Diretores Financeiro e Financeiro Adjunto, de Patrimônio e Patrimônio-Adjunto, ficando assegurado também o Departamento de Finanças com tesouraria e uma tesouraria financeira adjunta, Patrimônio, Patrimônio Adjunto vinculado a Diretoria e ao Fundo Municipal de Saúde, deliberada pelos membros do Colegiado do Conselho.

As eleições das Comissões Permanentes também acontecem nas plenárias. Essas comissões envolvem os seguintes temas principais: de controle, avaliação de programas e inscrições de registro, de controle e fiscalização de Entidades e Serviços do SUS, de controle e acompanhamento orçamentário, processos licitatórios do Fundo Municipal de Saúde e fiscalização e a de Moral e Ética que constituídos por Grupo de trabalhos compostos de

membros Conselheiros (titulares e suplentes) e atualmente, convidados como Entidades, Autoridades, Cientistas e Técnicos Nacionais e/ou Estrangeiros para colaborarem em estudos, pesquisas ou participarem de GT, podendo ser de órgão municipal, estadual ou federal, empresas privadas, sindicatos ou entidades de sociedade civil.

Figura 1. Proporção dos Membros que Formam os Segmentos do CMSN.



Fonte: Elaboração própria, 2012.

Este conselho conta com uma Secretaria Executiva e um Secretário Executivo que será indicado pelo Gestor de Saúde e que é aprovado sua indicação pela plenária do CMSN em caráter temporário pelo período de um ano, podendo ser renovável por dois períodos iguais. Patrimonial paritária, eleitas entre seus pares, o Presidente, Vice-presidente, Relator e Mediador.

Os Conselhos municipais que seguem quase todas as estruturas apresentadas no de Saúde, são: o de Educação, o da Criança e do Adolescente, o de Assistente social que realizam suas reuniões uma vez por mês. Eles possuem fundos e têm maior atenção por parte do governo, outros; apesar de ter sua formação distinta dos demais, seguem com a mesma dinâmica e atenção adotada pelo da Saúde, da Educação e de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Contudo, mesmo assim existem problemas que precisam ser revistos e se adequar ao mundo contemporâneo de que estamos inseridos.

Outros Conselhos, como o de Meio Ambiente foi formado e se reuniam de dois a dois meses, não possui Fundo e muito poucas vezes, aconteceu a reunião, que o trabalho pudesse ter uma continuidade progressiva, o da Cidade, o do de Direitos da Mulher, o da Juventude, o do Inter-religioso e de cultura não se têm notícias no momento.

Afora os novos conselhos como dos Direitos da Pessoa Idosa, que é formado com sete representantes governamentais e sete não governamentais e dos de Direitos da Pessoa com Deficiências que têm cinco representantes governamentais (titulares e suplentes) e não governamentais, respectivamente, diferentes, do de Saúde, observa-se que em todos há uma constância das mesmas instituições e, conseqüentemente, também quase sempre dos mesmos conselheiros, representando suas entidades por falta de um número maior de representantes que contemplem às vagas oferecidas nos diversos e diferentes conselhos de Nilópolis. Observa-se também que têm conselheiros com quase trinta anos nos mesmos.

Mesmo com obrigação do Governo e mais os esforços de uma minoria da Sociedade Civil em criar e manter os diferentes espaços participativos, registrados nos crescimentos dos conselhos, conforme visto na cidade de Nilópolis, que no momento é administrada com quase 20(vinte) secretarias, e boa parte dessas não agregarem valores positivos nos trabalhos, projetos e programas que contemplem a sociedade, existindo discordâncias e descontentes com os fatos, que ocorrem em seu interior das mesmas, já mencionados anteriormente e que vem contribuindo para que o seu verdadeiro conceito seja utilizado.

Prova disto foi também verificado pela dificuldade e resistência dos conselheiros, principalmente, pelos governamentais de não contribuir com a pesquisa e devolver os questionários que, na maioria das vezes se demonstram inexpressivos e descompromissados com as secretarias que atuam, exceto, os conselhos, que, já têm certa evolução nos mesmos, que por não possuírem autocrítica, aceitam as indicações e nomeações dos cargos, seguidos,

por representantes dos diversos segmentos da sociedade; Ongs, Associações, Sindicatos, Institutos, Fundações e empresas em contribuir com o preenchimento dos questionários aplicados.

Uma das dificuldades inicia-se pela falta de uma constância de reuniões dos Conselhos constituídos no período; outros, se formam por ocasião própria e terminam no papel sem condições de prosseguir. O resultado da pesquisa, retirando o lado governamental, resultou que dos 60 questionários distribuídos entre os conselheiros; somente, 20% foram devolvidos, devidamente, preenchidos e revelam que 50% da sociedade civil estão representadas em quase todos os conselhos pelas mesmas entidades e pelos os mesmos conselheiros e ausência constante dos conselheiros governamentais.

Dos conselheiros da sociedade civil ou não governamental, dentre eles, conselheiros e conselheiras, com idades entre 45 a 80 anos, tendo como renda mensal que varia com salário mínimo entre 05 a 10 salários e a renda pessoal de um salário a 05 salários, todos com participação partidária que aparece o PDT e PT como destaque e listam como movimentos das mulheres, da terceira idade e portadores de necessidades especiais.

Na cidade de Nilópolis estão constituídos 23 partidos políticos como demonstra o gráfico abaixo como: Ongs, que poderiam participar mais desses debates. Dentre eles, os mais presentes nas reuniões dos conselhos, são PDT, PP, PMDB e PT. Os mais participativos nas eleições municipais PDT, PP, PMDB e PT.

Os demais partidos em função de seus presidentes e diretorias assumirem os cargos, simplesmente, para as formalidades do pleito eleitoral para participar em parte dos cargos de confiança no futuro governo, são na maioria inexpressivos, muitos já com algum tempo formados, só abrem suas sedes às vésperas das eleições para compor às coligações, quando estes existem por falta de estrutura física e humana. Não desenvolvem nenhuma atividade educacional e nem tampouco políticas.

Os partidos que se constituem numa ONG, poderiam estar mais presentes nos debates dos conselhos municipais, mas como a maioria dos filiados não possui sequer aprendizagens partidárias, também não haveria de poder estar apto para os debates nos espaços deliberativo. Assim, como há de se constatar no questionário que estará apresentada em formada de tabela abaixo, as inexpressivas presenças de pessoas com representação partidária ou que se omitem na divulgação da mesma.

Tabela 1. A Participação Inexpressiva dos Partidos Políticos nos Conselhos Políticos em Nilópolis.

PARTIDOS POLÍTICOS	PRESENÇA	AUSÊNCIA	
PCdo B			
PDT	3%		
PT	2%		
PSDC			
PSD			
VERDE			
PMDB			
PSC			
PRP			
PTC			
PRTB			
PPS			
PHS			
PSDB			
PTB			
PSOL			
PR			
PP			
PSB			
PTdoB			
PTN			
PRB			
PMN			
DEM			
Total 24	5%	95%	

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Os segmentos, que foram detectados nos questionários, se tiveram: trabalhadores, usuários e de outros segmentos como associação de moradores e Ongs, uns eleitos, em fórum de entidades ou indicados por uma entidade e outro pela Superintendência dos conselhos com

grau de instrução que varia do ensino fundamental a nível superior, tendo como profissionais, dois Turismólogos, dois funcionários públicos, um militar, um massaterapeuta, um instrutor de educação física, uma professora, um representante comercial e somente um ligado a área da saúde, dois do turismo, dois a educação, um a empresa e dois a gestão pública; os demais não podendo ser reconhecidos pelo demais conselheiros não se interessar em responder os mesmos e participar da pesquisa.

Os conselheiros têm entre cinco (05) a vinte e cinco (25) anos de participação nos conselhos, entre eles; o de saúde, o da cidade, o de segurança, o assistência social, o de meio ambiente, de direito das mulheres e do Idoso.....Quase todos os conselheiros têm participação em mais de um conselho, se consideram membros bastante ativos e envolvidos e avaliam a representação dos interesses da sociedade nos conselhos de razoavelmente a pouco representativa.

É possível perceber pelos dados da pesquisa que os conselheiros avaliam a atual situação dos conselhos no município de Nilópolis; na maioria de regular a bom e atribuem estes, quando bom a disposição de vários conselheiros, apesar da falta de condições para atuar, dignamente e quando ruim, atribuem a falta de estrutura, a falta de habilitação nas atividades, que representam para esclarecer as questões em pauta e cursos de capacitação; a falta de comprometimento, principalmente, dos conselheiros governamentais, a falta de autonomia e a maioria das pessoas, infelizmente, com baixo nível educacional para decidir por assuntos tão delicados e difíceis como as políticas públicas específicas, em cada, conselhos; falta de apoio e de respeitabilidade pela parte governamental e falta principalmente, econômica, para que os conselheiros possam realizar suas atividades internas e externamente, porque nem todos os conselhos têm Fundo e quase sempre conseguir diárias cíveis não são possíveis.

Para os conselheiros, as suas atividades e atribuições são tão importantes quanto dos vereadores e ou deputados estaduais e federais que são de representar a sociedade civil e que merecia, também ter o mesmo tratamento para realizá-los. Dá-se, como exemplo, os vereadores, que além dos pomposos salários na cidade, hoje, recebem uma quantia considerada para atravessar de um município ao outro que levam em média, às vezes, cinco (05) minutos como diária civil, já, os conselheiros, na maior parte, além de não possuir um salário descente, contribuem nas despesas diárias para atender os mesmos, pois os mesmos não recebem nenhum auxílio nas atividades no conselho que estão inseridos e chegam às conferências, fóruns e outros, totalmente, despreparados.

Segundo os dados dos questionários, todos os conselheiros ficam sabendo das atividades mensais dos conselhos através de um calendário, previamente, anunciado, inclusive pela mesa diretoria de que alguns participam, assim como, as câmaras técnicas e temáticas que segundo, estes, servem mais do que as plenárias para aprofundar os assuntos, porque não existe uma metodologia adequada ou por distribuição de documentos como: boletins, informativos ou relatórios.

Para atenuar essas dificuldades e os conselhos alcançarem a sua formação ideal e para que os conselheiros pudessem realizar melhor suas atividades e aumentar a sua participação seria necessária estrutura física e de material, mais divulgação dos conselhos e a importância da sociedade civil em frequentar um espaço participativo; apoio jurídico e técnico em cada área trabalhada. Mais respeitabilidade, providências em lei, definindo incentivo financeiro mensal para os conselheiros para cobrir suas despesas e ampliar os canais de entendimento entre a secretaria e o conselho. Credenciamento permanente durante o seu mandato.

Tabela 1.1. Percentuais dos Conselhos Municipais Deliberativos com Atividades Atuantes e Não - Atuantes no município de Nilópolis.

Conselhos Municipais 2012	Atividades Atuantes	Atividades não-atuantes
CMSN	80%	20%
CMEN	80%	20%
CALE	80%	20%
CMA SN	80%	20%
CMDCDN	80%	20%
CMTUTELARN	90%	10%
CMPDMN	70%	30%
CMPPIN	70%	30%
CMMAN	60%	40%
CMCIDADE	10%	90%
CMARTN	10%	90%
CMINTER-RELIGIOSO	10%	90%
CMJUVENTUDEN	10%	90%
Total de CMN: 13	52,14%	40%

Fonte: Elaboração própria, 2012.

4. CONCLUSÃO

Quando foi proposto no Pré-projeto anterior ao trabalho de pesquisa para verificar as reais dificuldades vividas nos diversos e diferentes conselhos políticos em particular no do Estado Rio de Janeiro, que podem estar impedindo a sua sustentabilidade, entendendo como sobrevivência futura que se tornou imprescindível para vida atual em todos os setores e segmentos profissionais, já se havia a visão dos empecilhos que se teria de enfrentar, principalmente, no interior do Estado, como no do município da Região da Baixada Fluminense, que foi escolhido e onde foi realizada a pesquisa, além dos empecilhos constantes e comuns que vão desde as condições de recursos humanos, de comunicação, de materiais até os financeiros e outros, como a falta de colaboração dos conselheiros em participar das entrevistas impedem a sua evolução.

Sabe-se que os espaços participativos, hoje, é uma realidade na política do Brasil e ou em qualquer país do mundo que escolheu a democracia como forma de governo, também se sabe que os conselhos políticos tornaram-se peças e espaços fundamentais e imprescindíveis de controle social e para acompanhar as difíceis administrações dos gestores públicos. Por isso é muito importante que tanto conselho político quanto os conselheiros precisam estar adequados ao novo modelo de gestão pública e privada, dos vários planejamentos, que o país vem escolhendo para o seu desenvolvimento, atualmente, primar e ter qualidade nos serviços prestados em todos os setores.

Apesar de não ter se conseguido trabalhar com os questionários em todos os conselhos constituídos concreto a realidade, no que se insiste em mantê-los no município e de não ter ampliado para os demais municípios da Região escolhido para a sua aplicabilidade não tornou esse resultado menor até porque para quem tem a vivência no interior deles, se torna mais fácil de prever-se um determinado resultado, aqui o que se propôs, foi tornar mais clara essas condições.

Essa era a real proposta na verdade de mostrar de como se encontram as estruturas dos conselhos e, lamentavelmente, os diversos problemas ainda encontrados nessas instâncias máximas de deliberação e participação conforme definiu uma das conselheiras.

A pouca autonomia, a ausência da população nas reuniões ou mesmo a falta de reuniões nos conselhos ou mesmos as suas precárias formações mostram, claramente, o quanto se precisa avançar para que possamos tornar esses espaços, verdadeiramente, democráticos, sem confundir, é claro democracia com invasão aleatória de espaços profissionais específicos, um

modelo para um país que é considerado uma das maiores riquezas naturais, culturais, financeira e econômica e que hoje já está ao lado das dez maiores economias mundiais.

Porém, nesse Brasil, atual e já contemporâneo ainda encontra-se cidade que não conseguiu dar um passo do sempre. Insiste em conduzir processos ainda enraizados no passado com atitudes ultrapassadas, levando os seus conselheiros a sacrifícios extremos.

Está provado que para atingir uma formação ideal dos conselhos políticos já constituídos e os que estarão para ser formado e atrair e aumentar a participação não só da sociedade civil como das entidades e as empresas com o estreitamento das mesmas e com o apoio do governo têm-se, que pensar em um processo sadio e comprometido, que envolvam pessoas que estejam preparados, habilitados para conduzir os trabalhos com qualidade que a população merece.

Outro dado pertinente na pesquisa é a ausência de representantes declarados dos partidos políticos nessas plenárias, mas para isso, eles também deveriam rever suas atitudes e os seus processos de formação, de filiações e a indicação para os pleitos eleitorais municipais, estaduais e federal.

Enfim, país forte é aquele que agrega valores fortes e positivos. Um país com valor positivo e forte educacional, profissional, político, cultural e economicamente, mas para isso precisa, primeiramente, começar a dar valor a quem, exatamente, merece. Pessoas que durante vários anos se dedicam em ser um profissional e criar independência financeira e política para identificar os reais problemas existentes nos municípios e nos estados e soluções de acordo com a nova ordem estabelecida no mundo contemporâneo que é a qualidade, em relação aos conselheiros precisam ter autonomia, ser devidamente habilitados em seu segmento, ter capacitação contínua, ter identificação de conselheiros nas horas que precisam fazer e conduzir um trabalho fora e respeitados para que não se tornem manipulados pelo sistema.

Para finalizar este, se ilustra o conceito de qualidade como forma de reflexão e como mostra que a preocupação com a mesma data desde a Antiguidade, onde de acordo com Aristóteles (350 a. C), que dizia: *"A perfeição não deve ser um ato, mas deve ser um hábito"*.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Débora C. R. Conselhos Regionais de Saúde e Educação: Distintos Padrões de Participação de Política. Dissertação de Mestrado apresentada O Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. 2009.

ALVES, Alda Judith. A Revisão da Bibliografia em Teses, Dissertações. São Paulo, Caderno de Pesquisa. Nº 81, 1992.

ALVES, Alda Judith. O Planejamento de Pesquisa em Educação. Faculdade de Educação da UFRJ. São Paulo. Caderno de Pesquisa, 1991.

ANASTACIA, Fátima. Guimarães, Juarez. Melo, Carlos Ranulfo. Instituições Políticas Participação e Processos de Globalização. Mod. II. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

ASSOCIAÇÃO DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10519, apresentação de relatórios técnicos científicos, Rio de Janeiro, 1998.

AVRTZER, Leonardo. STARLING, Heloisa Claudia Feres. Democracia, República e Participação. Módulo I. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

AVRTZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Democracia, Participação e Instituições Híbridas. Teoria e Sociedade (Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia. UFMG), Belo Horizonte, Caderno Especial. Maio de 2005.

Conselho da Cidade. Construindo Uma Política de Desenvolvimento Urbano. Resoluções da 2ª Conferência Nacional, 2005.

Conselho de Desenvolvimento econômico e social. www.presidciadarepublica.gov.br/cdes. en

FARIAS, Cláudia Feres. Os Determinantes da Efetividade Democrática e Participação Social. Belo Horizonte: UFMG.

FERNANDES, Luciana. Partidos Brasileiros na Perspectiva dos eleitores. Constituição República Federativa do Brasil. Editora Expressão e Cultura. Coleção Páginas Amarelas. 2008.

GOMES, Ana Maria Rabelo. Metodologias e participação. Mod. III. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

GOMES, Ana Maria Rabelo. Faria, Eliene Lopes. Bergo, Renata Silva. Sobre o projeto e processo de pesquisa na elaboração de monografias.

KEHRIG, Ruth Terezinha. Políticas Públicas: Livro Didático. 3. ed. rev. e atual. Palhoça: Unisulvirtual. 2008.

MATOS, Marlise. Gomes, Nilma Lino. Cidadania e a Luta por Direitos Humanos, Sociais, Econômicos, Culturais e Ambientais. Mód. V. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PERUZZOTI, Enrique. Pereira, Maria de Lourdes Dolabela. Cunha, Eleonora Schetini. Almeida, Débora Cristina. Avritzer, Leonardo. Controle Público e Democracia. Mod. VI. Belo

PILETTI, Nelson. História & Vida 1. Editora Ática. Rio de Janeiro, 1995.

SILVA. Isa de Cassia. Política Educacional: E o professor no Brasil e na Baixada Fluminense. Monografia (Pós- Graduação) apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Faculdade de Educação. UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

Wikipedia.org/wiki/conselheiros – acesso 18/07/2012.

ANEXOS:

Questionário 1

I Modelo de Questionário Usado na Aplicação de Levantamento de Dados.

QUESTIONÁRIO CONSELHEIRO

Nome do Entrevistado:

Cidade Conselho:.....

1. Qual o segmento que você representa?
2. Como você se tornou Conselheiro?
3. Como você avalia a representação dos interesses da sociedade no conselho?
4. Como você avalia o envolvimento e atividade de todos os membros no conselho?
5. Você é conselheiro a quantos anos? (Considerar os mandatos)
6. Antes de sua participação neste conselho, participou de algum outro conselho?
7. Você já participou (ou participa) de algum curso para capacitação de conselheiros?
8. Você participou de alguma Câmara técnica ou comissão especial dentro deste Conselho ?
9. Você considera que a participação nestas câmaras ou comissões facilita a tomada de decisões?
10. Você tem acesso às informações necessárias para tomar decisões?
11. Como você obtém estas informações?
12. Qual é a principal dificuldade para a atuação do Conselho?
13. Por favor, utilizando somente três palavras, acrescente outras três dificuldades que você encontra para participar do conselho:
14. Como você define o funcionamento deste conselho?
15. O que poderia ser feito para melhorar o desempenho deste conselho?

16. Na maioria das vezes, como você fica sabendo das datas das reuniões?
17. Você fica sabendo das pautas da reunião com antecedência?
18. Quem, na maioria das vezes, propõe as pautas das reuniões?
19. Nas reuniões plenárias do conselho, você toma sua decisão (ou vota) de acordo como ?
20. Como Você avalia a sua capacitação de influência nas deliberações do conselho?
21. Você participa, atualmente, de alguma de alguma organização ou Movimentos Sociais ?
22. Você recebe algum tipo de apoio para sua participação no conselho?
23. Sexo:
 - a. 1.(masculino) c. outros
 - b. 2.(masculino)
24. Até que ano você cursou na escola?
25. Qual a sua profissão?
26. Quantos anos você tem?
27. Qual a sua situação ocupacional?
28. Qual a renda mensal da sua família?
39. Qual a sua renda pessoal?

Questionário 2

II. QUESTIONÁRIO CONSELHO-CONSELHEIROS

Cidade: Conselho: :.....

1. Como você conselheiro avalia a situação atual dos conselhos municipais?
2. A que atribui essa situação?
3. O que falta(m) nos conselhos municipais para atingir a sua formação ideal?
4. Em concreto, o que se poderia fazer, objetivamente, pelos conselheiros para que eles possam realizar melhor e aumentar a sua participação?
5. Você acha quando se está como conselheiro, exerce um (a):
 - a. () Função;
 - b. () Cargo
 - c. () Servidão
 - d. () outros.
6. Você como conselheiro dá importância às atividades do conselho em que está inserido? Acha que deveria ser remunerado para desempenhar as atividades como conselheiro ?
7. Se conselheiros não governamentais, a entidade da qual representa recebe algum “incentivo” para se manter ?
8. Você exerce outra atividade além de está como conselheiro?
9. Você recebe algum tipo de incentivo educacional e/ou de formação que auxilie nas atividades no conselho que está inserido?
10. Você poderia definir um conceito sobre Conselho e para que serve ?

ATA DO CONSELHO DE SAÚDE PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS.



SUPLEMENTO
ENCARTE DA EDIÇÃO Nº 2932
ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 29 A 08 DE JULHO DE 2012



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NILÓPOLIS

**CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE DE NILÓPOLIS**

RESOLUÇÃO - CMSN - Nº 001/2012

Cumpri ao CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NILÓPOLIS, Instância Máxima de Deliberações do SUS - Sistema Único de Saúde/Nilópolis Torna Público, em forma de Resolução as Deliberações Aprovadas pela Plenária do Colegiado do CMSN, Lavrada na Ata da Sessão Ordinária Deliberativa com quórum Paritário, datada de três de junho de dois mil e doze (03/06/2012).



Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
Av. Antônio Carlos, 8627 – Caixa Postal 258 – Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edis_@fafich.ufmg.br
TEL. (31) 3409 5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 17 (dezesete) dias do mês de outubro do 2012 (dois mil e doze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada " Dificuldades vividas pelos conselhos municipais para sua sustentabilidade: um estudo baseado no município de Nilópolis (RJ) . " após leitura avaliativa da Monografia elaborada por Isa De Cassia Silva .

A Comissão, composta por professor Ricardo Fabrino (UFMG) e Renata Bergo (UFMG) após apresentação da monografia, deliberou pela sua aprovação com reformulações, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2012.



Ricardo Fabrino (UFMG)



Renata Bergo (UFMG)

TERMO de CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS
CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS*

A FUNDAÇÃO, doravante denominada somente UFMG, e AUTORA
ISA DE CASSIA SILVA.

Doravante denominado somente Autora da obra caracterizada como Monografia de curso,
com o título: _____

DIFICULDADES VIVIDAS PELOS CONSELHOS MUNICIPAIS PARA A SUA
SUSTENTABILIDADE: Um estudo baseado no município de Nilópolis (RJ).

têm justo e acertado o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas descritas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O OBJETO DO PRESENTE Contrato é a cessão total da obra, a título gratuito, para
reprodução, distribuição e disponibilização, pela UFMG, em qualquer forma ou meio,
existente ou que venha a existir.

Parágrafo Primeiro. A UFMG poderá disponibilizar a obra no todo ou em partes, para fins
didáticos, desde que não altere seu conteúdo.

Parágrafo Segundo. A presente cessão é feita para todos os países, em língua portuguesa ou
tradução, a critério de UFMG.

CLÁUSULA SEGUNDA

A AUTORA declara que a obra, objeto deste contrato é de sua autoria, responsabilizando-se
pelo seu conteúdo e forma, citações, referências e demais elementos que integram, sendo
entregue no ato da assinatura do presente com todo seu conteúdo textual já revisado
gramaticalmente e metodologicamente. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou
extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de sua inteira responsabilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA

O encargo da evicção é da Autora, ao qual caberá, inclusive, o dever de indenizar a UFMG,
caso esta seja prejudicada por medidas judiciais ou extrajudiciais relacionadas ao conteúdo.

CLÁUSULA QUARTA

A AUTORA, nos termos do art. 49 e os seguintes da Lei 9610, cede a título não exclusivo à UFMG a obra deste Contrato em caráter definitivo e sem limite de tempo, pela AUTORA, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA QUINTA

A AUTORA autoriza a UFMG, e para isto a constitui, neste instrumento, sua bastante procuradora, a agir judicial ou extrajudicialmente contra qualquer atentado à obra, seja por reprodução ilegal, edição fraudulenta ou outra forma que represente lesão à propriedade intelectual,

CLÁUSULA SEXTA

Os originais serão entregues prontos e acabados pelo meio ou na forma que a UFMG indicar.

CLÁUSULA SÉTIMA

A CESSÃO aqui pactuada é realizada a título gratuito haja a vista a UFMG disponibilizar em qualquer forma ou meio a obra gratuitamente.

Parágrafo Primeiro. Primeiramente, a UFMG poderá vir a cobrar de terceiros a disponibilização da obra. Se assim acontecer, a UFMG poderá disponibilizar a AUTORA parte do valor por ela cobrado.

CLÁUSULA OITAVA

As partes elegem o foro da comarca de PAMPULHA/BH e renunciam a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acertados, firmam o presente em duas vias de igual teor para que surta seus jurídicos efeitos.

PAMPULHA/BH, 07 de Dezembro de 2012.

Isa de Cassia Silva

Assinatura da Autora.